

## SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO, DEPENDÊNCIA E (SUB) DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: ELEMENTOS PARA UM DEBATE QUASE ESQUECIDO

Pedro Marques de Santana<sup>1</sup>  
Paulo Balanco<sup>2</sup>

**Resumo:** Em 2013, comemoramos 40 anos da publicação da *Dialética da Dependência*, obra escrita pelo sociólogo marxista brasileiro Ruy Mauro Marini. O objetivo deste artigo é realizar uma breve abordagem do conceito de superexploração do trabalho, que teve em Ruy Mauro Marini sua formulação original e mais elaborada, ao mesmo tempo em que visa alertar para os equívocos de interpretação a que foi submetida esta categoria. Com isso, procura-se inserir num certo movimento de retomada do interesse pela obra e trajetória política de um dos mais importantes teóricos da economia política marxista latino-americana. Esse interesse renovado se manifesta no crescente conjunto de trabalhos acadêmicos e publicações que vêm recuperando aspectos essenciais da totalidade da obra de Marini, tornando-a mais conhecida no Brasil.

**Palavras-chave:** Teoria da Dependência - Superexploração do trabalho - Ruy Mauro Marini

**Abstract:** In 2013, we celebrate 40 years of publication of the Dialectic of Dependency, a marxist work written by the brazilian sociologist Ruy Mauro Marini. The purpose of this article is a brief overview of the concept of overexploitation of labor which took Ruy Mauro Marini its original formulation and most elaborate, at the same time as it seeks to draw attention to the misinterpretation that was submitted this category. Thus, looking fit into a certain movement of revival of the work and political career of one of the most important theorists of Marxist political economy in Latin America. This renewed interest is manifested in the growing body of scholarly work and publications that have uncovered key aspects of the entire work of Marini, making it better known in Brazil.

**Keywords:** Dependency Theory – Overexploitation of work – Ruy Mauro Marini

**Área da ANPEC:** Área 1: Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política

**JEL:** B24, B51, B31

### INTRODUÇÃO

Em 2013, comemoramos 40 anos da publicação da *Dialética da Dependência*, obra escrita pelo sociólogo marxista brasileiro Ruy Mauro Marini. Texto-síntese, espécie de *Manifesto Comunista* dos trópicos, essa obra foi tema de calorosas discussões e polêmicas ao longo dos anos 1970 no seio do pensamento crítico latino-americano. Analogamente ao texto produzido por Marx e Engels, conclamava o proletariado, neste caso latino-americano, à práxis revolucionária, objetivando suprimir o capitalismo na sua expressão dependente periférica. Porém, diferentemente do caráter mais acentuadamente político e propagandístico do *Manifesto*, a *Dialética da Dependência* propunha uma interpretação rigorosa, não obstante, em seus traços mais gerais, da condição subdesenvolvida (dependente) do capitalismo latino-americano. Esse texto representa, como afirma Osorio (2004), um “divisor de águas” na Economia

---

<sup>1</sup> Mestrando em economia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [marx.sergipe@gmail.com](mailto:marx.sergipe@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia, Doutor pela Unicamp. E-mail: [balanco@ufba.br](mailto:balanco@ufba.br)

Política da Dependência, ao desenvolver conceitos como o da superexploração do trabalho e o do subimperialismo.

Entrando em polêmica direta com as teses da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e com as linhagens dogmáticas dos Partidos Comunistas da região - sob forte influência do estalinismo e das concepções da III Internacional -, Ruy Mauro Marini, em companhia de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank deram os passos iniciais para o surgimento da corrente de pensamento que ficou conhecida, entre as décadas de 60 e 70 do século XX, como a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

A TMD colocava em relevo o caráter singular do subdesenvolvimento, que, sendo produto da expansão das leis do modo de produção capitalista, não podia ser compreendido como mera ausência de desenvolvimento. Daí a crítica às concepções desenvolvimentistas, que pressupunham um processo linear de evolução das sociedades rumo a formas mais avançadas de capitalismo. Nesse ínterim, a categoria da superexploração do trabalho constitui-se em peça-chave no aporte marxista da teoria da dependência, sendo uma das mais importantes contribuições ao pensamento social da América Latina. Trata-se do eixo principal na análise de Marini sobre o capitalismo dependente para captar a essência e a singularidade de seu desenvolvimento.

O enfoque teórico de Ruy Mauro Marini, em particular, terminou sendo alvo de críticas em várias direções, inclusive dentro do próprio campo do marxismo. As formulações do ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso alcançaram certa hegemonia entre círculos intelectuais brasileiros no que tange à interpretação da TMD e, sobretudo, aos trabalhos de Marini. Tendo desenvolvido grande parte de sua obra no exílio, principalmente no Chile e no México, Marini teve sua obra pouco difundida em território nacional. A recepção dela no Brasil é um curioso e estranho capítulo da história intelectual do nosso país, uma vez que, mesmo após a “abertura democrática”, o silêncio e o ocultamento das ideias desse cientista social perpetuaram certo obscurantismo, inclusive entre os círculos socialistas. É forçoso observar que, nem de longe, dentro de seu país natal, Marini encontrou a receptividade, o reconhecimento e o prestígio intelectual que alcançara em outras partes da América Latina.

Seus trabalhos ficaram obscurecidos no Brasil por conta de interpretações muitas vezes equivocadas e distorcidas de suas principais teses, especialmente em função da polêmica com Fernando Henrique Cardoso, que culminou no famigerado texto *Desventuras da dialética da dependência* (1978), escrito em parceria com José Serra, cuja publicação, no Brasil, foi realizada sem a resposta de Ruy Mauro Marini. A réplica foi por aqui publicada somente mais de duas décadas depois. Certamente, nenhum autor de uma obra intelectual “ambiciosa” deve estar isento de formulações e posições equivocadas; porém, é dever da crítica pressupor a honestidade intelectual, o cuidado e o rigor nas interpretações para não cair em falsos dilemas ou distorcer os argumentos do objeto criticado. No entanto, esse parece ter sido o destino dos trabalhos de Marini no Brasil, objeto de uma crítica, em muitos sentidos, infundada e, aparentemente, mesclada com desavenças pessoais.

Contudo, a leitura atenta da *Dialética da Dependência*, juntamente com outros artigos de Marini, como *O ciclo do capital nas economias dependentes* e *Acumulação de capital e mais-valia extraordinária*, além do texto de resposta à crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, intitulado *Razões do neodesenvolvimentismo*, mostram mais precisamente o conceito de superexploração do trabalho. Nesses três últimos trabalhos, escritos posteriormente à publicação da *Dialética da Dependência*, a teoria ou o conceito da superexploração do trabalho, como categoria chave para entender o padrão de acumulação e de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema mundial, ganha contornos de maior precisão, dirimindo equívocos que possam persistir a partir da leitura isolada daquele texto.

O objetivo deste artigo é realizar uma breve abordagem do conceito de superexploração do trabalho, que teve em Ruy Mauro Marini sua formulação original e mais elaborada, ao mesmo tempo em que visa alertar para os equívocos de interpretação a que foi submetida esta categoria. Com isso, procuramos nos inserir num certo movimento de retomada do interesse pela obra e trajetória política de um dos mais

importantes teóricos da economia política marxista latino-americana. Esse interesse renovado se manifesta no crescente conjunto de trabalhos acadêmicos e publicações que vêm recuperando aspectos essenciais da totalidade da obra de Marini, tornando-a mais conhecida no Brasil. Possivelmente, uma das razões para o despertar desse interesse decorre das transformações operadas no capitalismo contemporâneo e nas suas regiões periféricas, que se tornaram ainda mais heterogêneas em suas características econômicas e sociais, ao tempo em que são aprofundados certos traços do desenvolvimento capitalista subordinado.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção, serão discutidos alguns aspectos que vinculam os fundamentos do conceito de superexploração do trabalho à teoria marxista do valor. Na segunda seção, buscamos apresentar as determinações do caráter central desta categoria na construção teórica da chamada economia política da dependência e, na terceira seção, nos concentraremos na avaliação de equívocos correntes de interpretação da teoria da superexploração, derivadas, sobretudo, das críticas pronunciadas por Fernando Henrique Cardoso.

## 1 – AS BASES MARXISTAS DO CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Marini (2000) encerra seu pequeno ensaio intitulado *Em torno da dialética da dependência* afirmando que a superexploração do trabalho é o fundamento da dependência. Tamanha importância dada a essa categoria no seu esquema teórico-analítico necessita de uma explicitação acerca de suas origens e fundamentos teóricos. A ausência de uma formulação sistemática desta categoria, entre os primeiros textos marxistas e nos debates iniciais em torno da dinâmica do capitalismo, pode suscitar certas dificuldades à sua apreensão. No entanto, baseando-se na teoria do valor do próprio Marx, Ruy Mauro Marini, em meados da década de 1960, inicia o uso desse conceito em um de seus principais textos teóricos, *Subdesarrollo e revolución* (1967). Ele introduz, dessa forma, a categoria da superexploração do trabalho no pensamento marxista, em especial no marxismo latino-americano, de forma pioneira e original, buscando tirar dela todas as consequências teóricas e práticas<sup>3</sup>.

Não existe, por certo, nos textos “econômicos” de Karl Marx, seja nos *Grundrisse*, em *O Capital* ou ainda nas *Teorias sobre a Mais-Valia*, a utilização conceitualmente precisa desse termo. Porém, pode-se vislumbrar, sobretudo em *O Capital*, a existência de certas premissas metodológicas para um possível desenvolvimento posterior do conceito de superexploração do trabalho, como, por exemplo, quando Marx identifica situações nas quais a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor assume relevância teórica para a compreensão da dinâmica do sistema. A preocupação em analisar o modo de produção capitalista em sua totalidade e em sua pureza o obrigou a adotar um grau elevado de abstração, não permitindo sua incursão sobre certos fenômenos, de natureza mais concreta, a que faz alusão em passagens importantes de sua obra magna. Durante boa parte de sua análise, sob o pressuposto do capital em geral, como bem frisou, Marx adota o suposto segundo o qual as mercadorias são trocadas por seus equivalentes em valor. Assim, sob condições normais, todas as mercadorias, inclusive a força de trabalho, seriam transacionadas pelos seus respectivos valores de troca<sup>4</sup>.

<sup>3</sup>A incursão de Marini no debate teórico de seu tempo tem objetivos não apenas intelectuais e acadêmicos, mas também políticos. Além de ativo cientista social com vasta formação cultural, destacou-se como militante e dirigente político de organizações da esquerda socialista, a exemplo da POLOP, no Brasil, e do MIR, no Chile. Sua elaboração teórica está intimamente articulada ao processo de luta de classes vigente no Brasil e na América Latina, sendo ao mesmo tempo reflexo e tentativa de intervenção neste processo. É importante ter em mente esta dimensão para uma avaliação mais precisa de seus escritos, imersos que estavam nos debates em torno da dependência e do subdesenvolvimento como manifestações particulares do desenvolvimento capitalista mundial.

<sup>4</sup>“O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. A massa desses meios de subsistência, ainda que sua forma possa variar, em determinadas época de determinada sociedade, é dada, podendo, portanto, ser tratada como uma grandeza constante. o que muda é o valor dessa massa. (...)”

O processo de mediação das categorias para situações históricas mais concretas estaria, conforme o plano inicial de sua extensa crítica da Economia Política, exaustivamente reelaborado, reservada para os livros posteriores, os quais, por razões mais ou menos conhecidas, não foram redigidos. No capítulo XIV de *O Capital*, do terceiro tomo, por exemplo, ao tratar das causas contrariantes à lei tendencial da queda da taxa de lucro, Marx admitiu ser a compressão do salário abaixo de seu valor uma das forças contrabalançadoras mais significativas. Porém, ressalva

Isso se cita aqui empiricamente, já que, de fato, como várias outras coisas, que deveriam ser mencionadas aqui, nada tem a ver com a análise geral do capital, mas pertence à exposição sobre a concorrência, que não é tratada nesta obra. Mesmo assim, é uma das causas mais significativas de contenção da tendência à queda da taxa de lucro. (MARX, 1984, p.179)

Vê-se que até mesmo no livro III, no qual leva em consideração a pluralidade de capitais e as diferenças entre valores de troca, preços de produção e preços de mercado, o problema não deveria ser senão, apenas, “citado empiricamente”. Osório (2009) destaca que o nível de abstração no qual operou a investigação do modo de produção capitalista, em seu “estado puro”, tomando como modelo sua gênese e desenvolvimento na Inglaterra, seria a principal razão pela qual o filósofo prussiano não teria extraído todas as consequências da questão, qual seja a da importância da compressão do salário abaixo de seu valor, para o movimento de contenção da tendência declinante da taxa média de lucro<sup>5</sup>. Segundo o mesmo autor, somente com a passagem para níveis mais concretos de análise poder-se-ia levar em conta situações que, não obstante desempenhem papéis significativos na reprodução do sistema, não cumpririam o pressuposto do qual partira.

Coube, então, aos continuadores de sua obra o desdobramento daquela problemática e sua aplicação em análises específicas do desenvolvimento contraditório do capitalismo, tomado em seu conjunto. A principal obra de Ruy Mauro Marini, ou talvez a mais conhecida, intitulada *Dialética da Dependência*, publicada em 1973, é que demarca a relevância teórica do conceito de superexploração para o estudo das leis específicas do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, em particular na América Latina<sup>6</sup>. Esse trabalho do pensador e militante marxista brasileiro representa um marco teórico-metodológico importante das ciências sociais latino-americanas, em particular da corrente de estudiosos em torno da chamada teoria marxista da dependência, pois lançou as bases para um conjunto mais ou menos coerente de teses e análises interdisciplinares acerca das contradições do desenvolvimento capitalista latino-americano.

A categoria da superexploração do trabalho é compreendida por essa corrente como a representação de “uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho” (OSÓRIO, 2009), aumentando o produto excedente através de mecanismos que possam afetar de maneira direta ou indireta o desgaste mental e físico do trabalhador. A este respeito seria elucidativa a consideração feita por Marx no Livro I, capítulo XIV, de *O Capital*, em que, ao analisar as possibilidades de variação da grandeza do preço da força de trabalho e da mais-valia, supondo a força produtiva e intensidade do trabalho constantes, e jornada de trabalho variável, chega à seguinte conclusão:

---

Suponhamos 1) que as mercadorias sejam vendidas por seu valor, 2) que o preço da força de trabalho suba ocasionalmente acima de seu valor, porém jamais caia abaixo dele”. (MARX, 1985, p.113)

<sup>5</sup>A apropriação de parte da remuneração do trabalhador (preço da força de trabalho) pelo capital, convertida em fundo de acumulação deste, resulta no aumento da taxa de mais-valia ( $m/v$ ), ou seja, do valor excedente ( $m$ ) em detrimento do capital variável ( $v$ ). Dessa forma, a recorrência da superexploração do trabalho se apresenta como uma força contrária ao declínio da taxa de lucro objetivado no aumento da composição orgânica do capital ( $c/v$ ).

<sup>6</sup> Segundo Osório (2004, p.141): “(...) la superexplotación es la piedra angular para comprender la especificidade del capitalismo latino-americano, en tanto da cuenta de las formas particulares en que se asienta la producción de plusvalía, como es explotada la fuerza de trabajo y las tendencias que de ello se derivan hacia la circulación y la distribución”.

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou mesmo suba. É que o valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho pode ser compensado por maior restauração. *Além desse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica e ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser comensuráveis* (MARX, Livro I, 1985, p.118, grifos nossos)

Nota-se que nessa passagem é vislumbrada a possibilidade de que o desgaste provocado pela duração excessiva da jornada de trabalho, além dos limites normais, possa comprometer a reprodução da força de trabalho. Ainda na mesma citação, vemos, também, que Marx define o cálculo do valor diário da força de trabalho com base no seu valor total, quer dizer sobre a duração média ou normal do tempo de vida do trabalhador. Ele nos remete, assim, ao efeito que o prolongamento da jornada de trabalho pode implicar, em termos de um desgaste acelerado, em “progressão geométrica”, da força de trabalho, para além da sua capacidade de restauração. Há um limite físico (humano) para a extensão da jornada de trabalho delimitado pelo ponto além do qual “todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas”. É importante reter do exposto acima a possibilidade que o autor destaca de queda do preço da força de trabalho abaixo de seu valor, através de uma jornada de trabalho mais prolongada, de modo que o seu desgaste acelerado não possa ser compensado por uma maior restauração, mesmo quando o seu valor nominal permaneça constante ou até mesmo venha a subir.

O valor total da força de trabalho, do ponto de vista do capital, leva em consideração o tempo de vida útil do trabalhador, ou seja, o total de dias que o possuidor da força de trabalho pode vender a sua mercadoria no mercado em boas condições e o tempo de aposentadoria, em que o trabalhador não participará da produção. O valor total (tempo de vida útil e de vida média total) é que determina o valor diário, apresentando como parâmetro as condições históricas e morais existentes na época. O salário, correspondente ao pagamento diário da força de trabalho, que respeite o seu valor, deve permitir ao indivíduo que trabalha a reposição do desgaste, sob condições normais, de seu período produtivo e não produtivo, de acordo com o tempo médio de sua vida. É assim que atua a lei do valor sobre a força de trabalho, sob as condições “normais” de exploração do trabalhador no modo de produção capitalista. Seguindo os fios condutores da análise marxiana, Marini esboça uma teorização do conceito de superexploração do trabalho na qual destaca, basicamente, três modalidades de apropriação do tempo de trabalho excedente por parte dos capitalistas, que podem ocorrer pela via da redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor: 1) o prolongamento da jornada de trabalho; 2) o aumento da intensidade do trabalho e 3) a conversão do fundo de consumo necessário do operário em fundo de acumulação do capital. A conjugação de uma ou mais dessas modalidades tornaria o salário (preço da força de trabalho) insuficiente para compensar um processo de trabalho que exija um desgaste físico e mental além do normal, o que implica a violação da lei do valor da força de trabalho e a reprodução atrofiada da mesma<sup>7</sup>. Neste caso, o capital, ao encurtar o tempo de vida útil e de vida total do trabalhador, apropria-se, no presente, dos anos futuros de trabalho.

Podem-se produzir processos de trabalho que aumentem a jornada ou que a intensifiquem a tal ponto que – apesar dos pagamentos de hora extra ou de elevação do salário por aumento nas mercadorias produzidas – acabam reduzindo a vida útil e a vida total do trabalhador. Acontece assim porque, ainda que se possa atingir quantidade necessária (e inclusive maior) de bens que conformam os meios de vida para assegurar a

<sup>7</sup> Vemos em Rosdolsky, ao discutir a teoria marxiana do salário, a seguinte afirmação: “É claro que a soma dos ‘meios de vida necessários’ deve ser suficiente, em qualquer caso, para ‘manter o indivíduo trabalhador como tal, em sua condição normal de vida’; conforme a feliz terminologia de Otto Bauer, devemos distinguir entre as energias necessárias ao mero ‘processo vital’ do trabalhador e as energias gastas no ‘processo de trabalho’. (Se só se substituem as primeiras, se não se compensa o gasto adicional de energia que a própria ação laborativa acarreta – ou se isso é feito insuficientemente – ocorrerá uma *reprodução atrofiada* da força de trabalho, e o preço da força de trabalho estará abaixo de seu valor).” (ROSODOLSKY, 2001, p. 237-8)

reprodução do trabalhador, este não pode alcançar as horas e os dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas. Quando isso ocorre, *o salário extra só compensa uma parte dos anos futuros de que o capital se apropria* (grifos do autor) com jornadas extenuantes ou de trabalho redobrado. (OSÓRIO, 2009, p. 177)

Com isso, parece-nos plausível afirmar que, mesmo não tendo desenvolvido suficientemente o tema ou não o tendo abordado e formulado de forma mais sistemática nesses termos, em vários momentos Marx apresenta exemplos de situações em que a exploração do trabalho pelo capital ultrapassa as condições “normais” e atrofiam a reprodução do trabalhador<sup>8</sup> e é a despeito disso, no final das contas, que trata a noção de superexploração do trabalho.

## **2 - A CATEGORIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO COMO EIXO DA ECONOMIA POLÍTICA DA DEPENDÊNCIA**

O território no qual veio a se constituir a América Latina foi integrado aos fluxos de capitais europeus como resultado da expansão comercial e marítima dos países ibéricos entre fins do século XV e o século XVI. Esse fato marcaria, profundamente, os destinos da região nos séculos seguintes. A herança histórica da economia colonial, controlada por metrópoles ainda dominadas por instituições feudais, como as monarquias absolutistas, constituídas na fase embrionária do processo de acumulação de capital, teria efeitos duradouros sobre os movimentos subsequentes de desenvolvimento da região. A passagem para uma economia agro-mínero-exportadora e, posteriormente, a configuração de uma base industrial constituiriam processos históricos de formação de uma região economicamente subordinada e dependente à dinâmica dos centros capitalistas mais avançados. O subcontinente latino-americano integrou-se às relações comerciais - com uma Europa em fase de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista - como colônia produtora e exportadora de alguns poucos gêneros agrícolas e de metais preciosos, com base na abundância de terras, de recursos naturais, no esmagamento e exploração das organizações sociais pré-existentes, bem como no trabalho compulsório de africanos e indígenas. Essas formas de trabalho, por sua vez, possibilitavam a extração e a apropriação de parte do excedente econômico pelas metrópoles espanhola e portuguesa através do monopólio da propriedade fundiária e do comércio da região.

Não obstante seu parto traumático, gestado pela incursão de seu território no mercado mundial, a América Latina terminou por contribuir para o desenvolvimento econômico do ocidente europeu através do aumento dos fluxos comerciais e da expansão dos meios de pagamentos, processos esses que Marx definiu como componentes da acumulação primitiva de capitais. O acúmulo dessas riquezas no Velho Continente, canalizadas, a partir de certo momento, sobretudo, para a Inglaterra, que vivia um estágio mais avançado de transição para o modo de produção capitalista, ajudou a criar as bases materiais para mudanças qualitativas fundamentais no seu processo de desenvolvimento, quais sejam: i) a constituição de uma classe de trabalhadores assalariados e ii) a progressiva subsunção real do trabalho ao capital, através da produção industrial mecanizada.

Como isto se deu? A partir da Revolução Industrial a América Latina, ao especializar-se na produção de gêneros alimentícios e de matérias-primas, passaria ao papel de coadjuvante do processo de transição da organização manufatureira do trabalho para a de uma economia baseada na grande indústria e na maquinária. Ao tornar-se a nação hegemônica, a Inglaterra, mediante uma determinada divisão internacional do trabalho, colocou na órbita de sua dominação um conjunto de nações, algumas recém-

---

<sup>8</sup> O uso de farta documentação empírica sobre as condições de trabalho e de vida das famílias trabalhadoras, bem como a sinalização teórica de como o preço da força de trabalho poderia cair abaixo de seu valor parece-nos indicar, sem exageros, a relevância que Marx atribuía a essa questão dentro de seu corpo teórico.

independentes do jugo colonial, cujo desenvolvimento socioeconômico, porém, estava diretamente subordinado aos laços que mantinham com o mercado mundial<sup>9</sup>.

Dessa forma, as nações latino-americanas contribuíram para outro processo dinâmico que tem lugar no núcleo do capitalismo avançado: o da transição e deslocamento do eixo da acumulação de capital do âmbito da produção da mais-valia absoluta para o da mais-valia relativa. Garantindo parte da oferta dos elementos do capital variável (alimentos) e do capital constante (matérias-primas) às economias centrais, a especialização das economias primário-exportadoras ajuda a baratear os custos de reposição do capital circulante, nele inclusos os custos de reprodução do valor da força de trabalho. E, além disso, contribuiu para a viabilização da crescente especialização da Inglaterra como uma economia industrial, o que resultou no barateamento do valor dos elementos do capital variável, dessa maneira assegurando o rebaixamento do valor da força de trabalho e a progressiva incorporação da classe operária local ao mercado interno de consumo.

O trabalho excedente, ou a mais-valia, que constitui a base do lucro do capital, passa, então, a depender fundamentalmente mais do aumento da produtividade do trabalho. Como se sabe, o crescimento da produtividade do trabalho é acompanhado da redução do trabalho necessário à reposição do valor da força de trabalho, enquanto, ao mesmo tempo, se expande o tempo de trabalho cedido gratuitamente à medida que a produtividade mais elevada é difundida para os setores que produzem bens de consumo para os assalariados. Portanto, ultrapassada a fase de predomínio da manufatura, o processo ordinário da acumulação de capital apoia-se, então, predominantemente, na produção da mais-valia relativa, que se baseia na elevação da capacidade produtiva do trabalho através da incorporação do progresso científico e tecnológico aos meios materiais de produção e às mercadorias.

Do ponto de vista das economias exportadoras, a oferta de mercadorias, cuja realização depende de mercados externos, gera um fluxo de renda interno para as classes proprietárias que se materializa, em grande parte, através da demanda por produtos dos centros industriais, tais como equipamentos e bens manufaturados de consumo. Esse intercâmbio será notadamente desvantajoso para as economias dependentes em razão das diferenças significativas entre seus sistemas produtivos e os das economias centrais no que diz respeito ao desenvolvimento das relações sociais de produção e das forças produtivas. As relações de intercâmbio entre as economias primário-exportadoras latino-americanas e as economias europeias em processo de industrialização, ao refletirem níveis desiguais de composição técnica e orgânica de capital, darão lugar à evasão de excedentes na forma de transferência de mais-valia em favor das últimas.

A pauta do comércio externo latino-americano, ao concentrar-se, em função das próprias exigências e pressões advindas da divisão internacional do trabalho e dos interesses das classes proprietárias internas, na exportação de algumas poucas mercadorias agrícolas e minerais, produzidas a baixos níveis de produtividade do trabalho e de composição orgânica do capital, tende a resultar, via formação de uma taxa média de lucro internacional, na apropriação estrangeira de uma parte considerável do excedente em valor gerado por essas economias. Deste modo, uma questão fundamental se coloca: como pode ocorrer, então, essa transferência de valor entre subsistemas econômicos nacionais e/ou regionais, se as leis de intercâmbio mercantil-capitalistas determinam como norma a troca de equivalentes? A resposta já não se encontra na esfera da circulação; ela nos impele a sair da “esfera barulhenta” do mercado, portanto, do

---

<sup>9</sup>“Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinava seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição. Chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana”. (MARINI, 2000, p. 132)

âmbito mesmo da circulação internacional de mercadorias, e penetrar no plano da produção, mais precisamente no da composição técnica e orgânica dos capitais em competição.

Supondo-se que o comércio internacional exprime a troca de equivalentes e que os bens e serviços transacionados têm seus respectivos valores de troca fundados no tempo de trabalho médio socialmente necessário para produzi-los - o qual, por sua vez, expressa o grau de destreza e habilidade do trabalhador - , ao mesmo tempo, porém, tal fluxo comercial oculta mecanismos de transferência de valor entre capitais e, por analogia, entre nações, em função do processo de equalização da taxa de lucro e formação dos preços de produção e de mercado que resultam da apropriação desigual da mais-valia por certos segmentos do capital. O processo de formação da taxa média (geral) de lucro e dos preços de produção, como sabemos, regula a repartição da mais-valia global de acordo com a composição-valor dos capitais distintos e explica, por isso mesmo, a distribuição (repartição) desigual do excedente entre empresas, setores, ramos, nações ou regiões. O assim chamado intercâmbio desigual, que na linguagem cepalina significava a deterioração dos termos de troca, desfavorável aos países primário-exportadores, é a manifestação, no âmbito da circulação (concorrência entre capitais), das diferentes condições objetivas da produção, dos níveis de produtividade média dos diversos setores produtivos.

Na esfera da concorrência entre sistemas produtivos de nações onde operam relações capitalistas desenvolvidas, a maior produtividade do trabalho de uma se expressa em produtos cujos preços de produção sejam mais baixos, sem que faça necessariamente cair o preço de mercado, garantindo-lhe, assim, um ganho extraordinário. Esse ganho extraordinário desaparece tão logo os requisitos para uma maior produtividade do trabalho (inovações técnica e/ou organizacionais) sejam assimilados pelos concorrentes. A transferência de valor que ocorre por meio desse mecanismo normalmente acontece entre empresas, setores, países e/ou regiões que produzem produtos similares, industriais ou primários, com base nas relações capitalistas de produção. Não apenas os ganhos extraordinários, mas também o rateio da mais-valia global entre ramos, setores e empresas, em função de sua composição orgânica, é o mecanismo próprio de transferência de mais-valia entre capitais. Um segundo mecanismo pode operar no âmbito mesmo da circulação das mercadorias e corresponde a uma “transgressão” às leis capitalistas de intercâmbio. No comércio entre países, que produzem diferentes tipos de mercadorias, é possível que uns vendam a outros produtos a um preço superior a seu valor, favorecendo aqueles que possuem o monopólio da produção a níveis mais elevados de produtividade. A nação desfavorecida cede gratuitamente parte do valor excedente de sua produção, que se distribui, desigualmente, em favor da nação com menor preço de produção.

Em resumo, dois mecanismos de transferência de valor podem agir no campo das relações internacionais de mercado: o diferencial de produtividade do trabalho e o monopólio da produção – ambos resultando num jogo de perdas e ganhos de parte da mais-valia gerada por esferas produtivas diferenciadas<sup>10</sup>. A economia dependente, na fase primário-exportadora, enquadra-se no segundo mecanismo, uma vez que nela não estão plenamente desenvolvidas as bases da produção capitalista e, por isso, estão mais vulneráveis à violação das leis de intercâmbio por parte dos capitais mais avançados. A classe proprietária dessa economia busca, então, compensar essa perda de recursos via transações de comércio, pagamento de juros, amortizações etc., recorrendo ao incremento da massa de valor produzida e realizada, a fim de neutralizar, total ou parcialmente, seus efeitos.

Não podendo concorrer com base no avanço tecnológico da produtividade do trabalho, os capitalistas locais submetem o trabalhador a jornadas de trabalho mais intensas, impelindo-os a produzir uma quantidade maior de mercadorias sem a devida reposição do desgaste físico suplementar. A transferência

---

<sup>10</sup>A rigor, o termo troca ou intercâmbio desigual é utilizado por Marini (1979b; 2000) para designar o segundo mecanismo, o da transgressão das leis do valor. O autor trata este fato como sinônimo de “elisão” da norma mercantil-capitalista da troca de equivalentes. Ainda mais, ele considera essa a forma predominante nas relações da troca entre economias dependentes e economias imperialistas, ou entre setores e ramos da produção marcados por fortes desníveis tecnológicos, dessa forma a transferência de valor iria mais além daquela determinada pela equalização das taxas de lucro.



de valor ao exterior, que provoca a queda da taxa de mais-valia da nação dependente, simultaneamente resulta no incremento da taxa de mais-valia e do lucro das nações centrais. Como resposta, o mecanismo de compensação, que opera no âmbito das economias dependentes, atua ao nível da produção interna buscando aumentar a massa de valor intercambiado e, ao mesmo tempo, baratear o custo de reprodução da força de trabalho por intermédio da compressão dos salários<sup>11</sup>.

Nesse caso, a ampliação da escala de produção pressupõe o uso mais extensivo e intensivo da força de trabalho, incluindo, também, a adição de novos trabalhadores ao processo produtivo em detrimento do incremento da capacidade produtiva do trabalho e/ou a sofisticação dos elementos materiais do capital constante. Por sua vez, isso possibilita a diminuição da composição-valor do capital social empregado na produção, elevando simultaneamente a taxa de mais-valia e a taxa de lucro do setor exportador. Dessa forma, o incremento do valor intercambiado pela nação desfavorecida se expressa num aumento da massa de valor realizada, logo, num montante mais elevado da sua forma monetária, o que permite neutralizar, ao menos em parte, a perda do excedente.

Cardoso e Serra (1978) criticaram Marini por derivar sua teoria da superexploração do trabalho diretamente do fenômeno do intercâmbio desigual ao nível das relações internacionais de mercado. No entanto, Marini advertiu que o que a troca desigual promove é a agudização, no âmbito da sociedade economicamente mais atrasada, dos métodos de extração do sobretrabalho. Para ele, o processo mesmo de vinculação ao mercado mundial dessas sociedades, “desatando o elã” da busca desenfreada pelo lucro, é que aciona as formas de extração da mais-valia com base na superexploração do trabalho, como explica do a seguir:

(...) não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a funcionar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a consequente conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca que isso implica têm como resultado imediato desatar um elã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente (...). O efeito do intercâmbio desigual é - na medida que lhe coloca obstáculos à sua plena satisfação - o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente. (MARINI, 2000, p.125)

Seria mais coerente supor, de acordo com sua concepção dialética da dependência, que

(...) a superexploração do trabalho é incentivada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma *superpopulação relativa*. Porém, uma vez posto em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, se põe em marcha um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada ao apelar a economia dependente para o aumento da produtividade, mediante o desenvolvimento tecnológico. (MARINI, 2000, p.177)<sup>12</sup>

<sup>11</sup>“(...) o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, areação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção”. (MARINI, 2000, p. 123).

<sup>12</sup> A rigor, seguindo a interpretação de Marini, o que difere a economia dependente da economia avançada não é de *per se* a exclusividade na existência da superexploração do trabalho, mas o fato desta ter, nela, um caráter estrutural. A troca desigual, no sentido das transferências de valores, pode existir entre economias dinâmicas, dado o desenvolvimento desigual e combinado de seus setores produtivos, o que não implica necessariamente a existência da superexploração. Nas economias avançadas, ao menos quando Marini escrevia sua obra máxima, em meados dos anos 1970, a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor podia surgir de forma conjuntural. Hoje em dia, como resultado de três décadas de políticas neoliberais e da crise vivenciadas pelas economias desenvolvidas da Europa e os Estados Unidos, os sinais de pauperização absoluta e relativa, as altas taxas de desemprego e precarização da força de trabalho podem nos fazer crer que uma parcela significativa da população trabalhadora desses países convive com o espectro da superexploração do trabalho. Ao contrário, nas economias periféricas do sistema capitalista mundial, a violação do valor da força de trabalho existia e persiste ainda de maneira estrutural. No Brasil, por exemplo, segundo dados do censo 2010, cerca de 85,4% dos ocupados recebem até 2 salários mínimos (DIEESE, 2012).

Logicamente, o ciclo do capital na economia exportadora tende a romper os nexos entre a circulação e a produção interna, uma vez que o consumo individual do trabalhador, seja ele o escravo africano ou indígena, seja a força de trabalho camponesa ou urbana “semi-assalariada”, não interfere na realização do valor do produto do setor mais dinâmico da economia. Essa realização ocorre no mercado externo por meio da demanda das economias capitalistas de maior renda. Por outro lado, nos países industrializados a demanda constituída pelo consumo operário participa da realização do produto como importante componente da demanda global, enquanto na economia agro-mínero-exportadora o consumo do trabalhador não participa diretamente da realização da produção interna, situação que introduz a possibilidade de um mecanismo de contração do consumo dos assalariados de modo a aumentar os lucros do setor exportador<sup>13</sup>. Sendo assim, o mercado interno escassamente dinâmico da economia dependente é abastecido através de dois canais: i) pelo setor produtivo doméstico da agricultura de subsistência e pela comercialização de pequenos excedentes da pecuária extensiva e da pequena produção artesanal e manufatureira, todas atividades de baixa produtividade e pequeno poder de encadeamento e de dinamização do mercado nacional e ii) pelo mercado de importação de equipamentos e de artigos manufaturados de consumo voltado para as classes dominantes, complementando o ciclo de reprodução do capital na economia dependente. A estrutura produtiva extrovertida dessa economia está na raiz da elevada concentração de renda e da desproporção que o “setor externo” assume nela.

Esses traços gerais da estrutura de funcionamento da economia primário-exportadora deixarão marcas profundas no desenvolvimento posterior do capitalismo latino-americano quando do processo de implantação e consolidação de uma base industrial na região no período entre-guerras e, sobretudo, no pós-Segunda Guerra Mundial. O capitalismo latino-americano, não obstante seu desenvolvimento e sua progressiva supressão de modos pré-capitalistas de produção, pautará sua organização econômica, tal como no período precedente, com base na superexploração de amplas massas da população trabalhadora.

Quando, chegado o sistema capitalista mundial a um certo grau de seu desenvolvimento, a América Latina ingressar na etapa da industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação. A profunda contradição que haverá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente (MARINI, 2000, p.135)

Chegada à fase da industrialização tardia - do transplante das forças produtivas criadas nas economias centrais -, o ciclo do capital da economia dependente se internaliza. No entanto, as contradições estruturais herdadas da economia primário-exportadora, baseada na superexploração da força de trabalho, irão se aprofundar, em vez de serem superadas. O ciclo do capital internalizado tenderá a reproduzir, apesar disso, o padrão de circulação novamente distendido entre a esfera alta, que corresponde ao consumo dos capitalistas e das camadas médias a eles ligadas, e a baixa, que corresponde ao consumo dos trabalhadores. Devido à estrutura concentradora de renda e à elevada reserva de força de trabalho, o consumo operário torna-se limitado pelos baixos salários, o que restringe, por sua vez, as possibilidades de alargamento do mercado interno. Em determinados momentos, haverá dificuldades para a realização da produção interna.

A tendência à compressão dos salários, reduzindo a parcela do capital variável em favor da mais-valia, encontra limites nos níveis de consumo já extremamente baixos e de reprodução atrofiada das massas trabalhadoras, não podendo, assim, alimentar a expansão permanente da demanda solvente das classes

<sup>13</sup>“(…) Opera-se assim, do ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2000, p.132)(…) a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que esta a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo”. (MARINI, 2000, p.134)

mais abastadas. A saída, para o sistema, será, então, a crescente participação do consumo estatal e do mercado externo na realização dessas mercadorias e na alocação dos capitais sobreacumulados. Todavia, no ensaio intitulado *El ciclo del capital en la economía dependiente*, Marini (1979a) expressa sua preocupação em investigar, de forma mais detalhada, os aspectos essenciais que o circuito do capital apresenta numa economia dependente quando nela já está configurado um setor industrial de produção voltado para o mercado interno, e que assume o papel hegemônico na sua dinâmica. Essa situação é bastante diferente daquela que havia na economia exportadora latino-americana, quando a mesma representava ainda um sistema de produção complementar ao das economias centrais, que determinavam o seu ciclo.

Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase de circulação [D], tanto sob a forma dinheiro como a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação [D’]); fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho; ambos os fatos levam à concentração do capital e à monopolização precoce, ao tempo que divorciam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição de renda que tem origem ali dinamiza, na segunda fase de circulação, o setor de mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção na medida em que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que choca essa segunda fase de circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura interna de renda, a empurram para o exterior levando-a a buscar a realização de parte das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o circuito da dependência do ciclo do capital em relação ao exterior (MARINI, 1979a, p. 55, *tradução livre do espanhol*).

Marini (1979a) argumenta, portanto, que uma parte crescente da mais-valia produzida e do capital investido na economia dependente fica concentrada nas empresas que atuam em situação privilegiada e em posição dominante. Esse fenômeno ainda se agravaria caso os preços de mercado fossem fixados de acordo com o nível de seus próprios custos de produção, pois, neste caso, as empresas operando em condições médias sofreriam perdas vendendo suas mercadorias eventualmente a preços inferiores a seus custos de produção, o que ocasionaria uma centralização do capital ainda mais acentuada. Tais processos de concentração e centralização do capital estão na base da monopolização precoce observada nas economias dependentes. Empiricamente, trata-se do mecanismo de concentração de capital via obtenção de lucros extraordinários que normalmente prevalece na concorrência interna entre capitais. Essa situação implica na transferência de parte da mais-valia dos capitais (pequenos e médios) que operam nas condições médias ou abaixo destas para as empresas monopólicas. Logo, os capitais “inferiores” tratarão de recompor suas taxas de lucro, através do aumento da taxa de mais-valia, apelando para a superexploração de seus operários. Uma vez que a margem para o aumento da produtividade do trabalho é limitada, esta é a única saída possível para esses capitais, ao menos, compensarem a sangria de valor excedente a que estão sujeitos ante a competição desigual. Os capitais com menor poderio de concorrência, ao recorrerem à superexploração do trabalhador, acabam favorecendo aos capitais monopólicos na medida em que a força de trabalho empregada nessas empresas tem o seu nível de remuneração, de modo geral, regulado e fixado pelo nível médio de remuneração das empresas que operam sob as condições médias. Assim, a massa de salários paga pelas empresas monopólicas se reduz em termos relativos, o que contribui para reduzir também seus custos de produção.

Além desses elementos extremos, quais sejam, os lucros extraordinários e os salários abaixo do valor da força de trabalho, que se encontram na análise da fase de produção no ciclo do capital da economia dependente, há outra característica diretamente associada ao problema da superexploração do trabalho. Esta pressupõe que a classe operária, e trabalhadora de um modo geral, se posiciona em difíceis condições para reivindicar a compensação do maior desgaste de sua força de trabalho. Embora se manifestem fatores, inclusive de ordem extraeconômica – como aquelas derivadas da ação estatal –, que atuam para debilitar a capacidade de organização operária de levar adiante suas reivindicações, na verdade, o principal mecanismo restritivo, do ponto de vista do capital, é a criação do exército industrial de reserva, que mantém de forma permanente ou temporária uma massa de trabalhadores excedentes não incorporados à produção e que pressionam o mercado de trabalho.

A introdução de novas técnicas de produção, sobretudo pelo capital estrangeiro, desenhadas para economias com relativa escassez de mão de obra, assim como a pressão concorrencial por uma maior produtividade do trabalho, tendem a fazer crescer esse exército industrial de reserva na economia dependente. A introdução de tecnologia é acompanhada de um acelerado desgaste da força de trabalho empregada (formas de superexploração), o que permite ao capital extrair uma maior produção dos trabalhadores já em função. Por conseguinte, o capital mostra uma capacidade ainda menor de empregar mais mão de obra, o que faz com que o exército ativo cresça num ritmo mais lento relativamente à rápida expansão do exército de reserva sob a forma de desemprego aberto ou oculto.

No artigo *Acumulação de capital e mais-valia extraordinária*, também publicado em 1979, Marini parte dos esquemas de reprodução de Marx, apresentados na terceira parte do livro II de *O Capital*, para analisar as economias dependentes e discutir o “peso que nelas assume a produção de mais-valia extraordinária”.<sup>14</sup> (OSORIO, 2004) Nesse trabalho, Marini “relaxa” as hipóteses adotadas por Marx, entendendo que o uso dos esquemas para analisar uma realidade concreta exige que sejam modificados os três supostos que Marx utilizou na sua investigação, quais sejam as da produtividade e intensidade constantes e a da inversão da mais-valia no próprio setor. Assim, o autor visa dar conta das características singulares da economia dependente. Marini chega à conclusão de que, numa economia dependente, somente o subsetor Iib (produtor de bens de consumo suntuários) está, do ponto de vista da concorrência intersetorial, em condições de realizar sustentadamente uma mais-valia extraordinária. Marini observa, por fim, que a especificidade de Iib, no que diz respeito à produção de mais-valia extraordinária e a sua conversão em lucro extraordinário, é acentuada, necessariamente, onde regem os mecanismos de superexploração do trabalho, situação na qual prevalecem os baixos salários e os lucros elevados. Como em qualquer outro campo observado, também nesse quesito a economia dependente, baseada na superexploração do trabalho, sofre de maneira aguda as leis gerais do regime capitalista de produção. Dessa forma, os subsetores do departamento produtor de bens de consumo suntuários tendem ao crescimento desproporcional com relação aos demais, acentuando, no plano do mercado, a subordinação do departamento setor I em relação a este.

### 3 - A RESPEITO DAS CRÍTICAS AO ESQUEMA TEÓRICO DE MARINI

Além do longo período de exílio, levantamos a hipótese de que um dos principais fatores que concorreram para a reduzida difusão das obras de Marini no Brasil estaria na interpretação hegemônica de seu pensamento pelo grupo de intelectuais em torno do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

---

<sup>14</sup>Nas suas memórias, Marini destaca o seguinte sobre o referido ensaio: “O texto que daí resultou – publicado, por *Cuadernos Políticos*, como ‘Plusvalía extraordinária y acumulación de capital’ – está dividido em três seções. Na primeira, exponho os esquemas e, entrando na polemica que eles suscitam em diferentes momentos da história do marxismo, busco mostrar a finalidade específica que cumprem na construção teórica de Marx – a demonstração da necessária compatibilização das magnitudes de valor produzidas nos distintos departamentos das economias – e analiso as três premissas que tanta discussão causaram: a) a exclusão do mercado mundial; b) a existência de apenas duas classes e c) a consideração do grau de exploração como fator constante. Na segunda, parto da variação deste último fator, examinando os efeitos de mudanças na jornada de trabalho, na intensidade e na produtividade sobre a relação valor de uso-valor e sobre a distribuição. Na terceira seção, verifico o uso dos esquemas por três autores: Maria da Conceição Tavares, s/d., Francisco de Oliveira e Mazzuzchelli, 1977, e Gilberto Mathias, 1977, mostrando que a primeira, além de não romper de fato com o esquema tradicional Cepalino (agricultura – indústria - Estado) confunde valor de uso e valor; os segundos, captando com agudeza a contradição moeda nacional-dinheiro mundial, acabam por se fixar apenas no movimento da circulação; e o terceiro, que nos brinda com uma brilhante análise sobre o papel do Estado a determinação da taxa de lucro, se esquece de considerar a relação lucro - mais-valia (...). Esse ensaio – provavelmente, o menos conhecido dos meus escritos – é um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, na medida em que expressa o resultado das investigações, que eu começara no Chile, sobre o efeito da superexploração do trabalho na fixação da mais-valia extraordinária.” (MARINI, 2007, p.117-8)

(CEBRAP), notadamente Fernando Henrique Cardoso<sup>15</sup>, José Serra e, mais tardiamente, Guido Mantega. Contrapondo o rico debate que existiu sobre a dependência em outras partes da América Latina e do mundo, Prado (2010, p. 03) conclui que

Aqui, na verdade, houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central (...). No Brasil, foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam inscritas as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini.

A “crítica” de Cardoso parte da suposta tese sustentada pelos autores da TMD acerca da inviabilidade/impossibilidade do desenvolvimento do capitalismo na periferia. Segundo Cardoso, a polêmica fórmula do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, expressa por Andre Gunder Frank, teria o sentido de negação da expansão do capitalismo em regiões economicamente atrasadas, sendo-lhes atribuídas “uma espécie de reminiscência de la ideologia narodnik (los populistas rusos)”. (CARDOSO & MAGNANI, 1974). Sabe-se que os populistas russos não acreditavam na possibilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, dada a insuficiência do mercado interno e o bloqueio aos mercados externos dominados pelas potências ocidentais. (MIGLIOLI, 1993; LUXEMBURGO, 1988; ROSDOSLKY, 2001). Dessa maneira, por derivação, a estreiteza do mercado interno devido a estrutura

---

<sup>15</sup>Fernando Henrique Cardoso desempenha um papel fundamental no debate brasileiro sobre a dependência, pautando, através de seus escritos o possível diálogo que poderia se estabelecer com a versão marxista da teoria da dependência. Seus estudos influenciaram diversos intelectuais e a forma como apreenderam os dependentistas marxistas, supostamente defensores de teses equivocadas, com consequências práticas muito graves. Em *Las Contradicciones del Desarrollo Asociado* (1974) escrevia Cardoso: “Me temo que muchos de los estudios catalogados como partes intergrantes de una ‘teoría de la dependencia’ hayan dejado de lado, progresivamente, la preocupación por la caracterización tanto de las formas de reproducción social como de los modos de transformación que existen en cada uno de las modalidades básicas de dependencia. En una especie de retorno a la ideología, parte de la literatura socioeconómica sobre el tema terminó por restablecer el imperio de la repetición. (...) Los esfuerzos teóricos y analíticos hechos para demostrar lo que hay de específico y nuevo en las formas actuales de dependencia se diluyeron en beneficio de imágenes llenas de fáciles atractivos, pero, enganosas: ‘desarrollo del subdesarrollo’, ‘subimperialismo’, ‘lumpenburocracias’, revolución de los marginales’ etc.. Estas ideas, aunque a veces señalen aspectos importantes de la especificidad del proceso de industrialización de la periferia y de las formas de dominación que lo acompañan, lleva también a análisis distorsionados”. (CARDOSO & MAGNANI, 1974, p. 03). Prado (2010, p.06) assinala que as teses que Fernando Henrique Cardoso chama de equivocadas não encontram sustentação na obra dos próprios autores a quem dirige suas críticas: “Segundo Cardoso (1975), autores como Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini defenderiam que ‘o desenvolvimento capitalista na periferia era inviável’; ‘o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho’; ‘as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa’; a penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista’; e ‘o caminho político do Continente está de frente a uma encruzilhada – socialismo ou fascismo’. Tais seriam as ‘teses equivocadas’, supostamente defendidas por aqueles autores. Na crítica de Cardoso, porém, é patente a falta de rigorosidade (*sic*) ou mesmo de honestidade intelectual, pois o artigo transforma citações, não faz referências a textos, utiliza expressões inventadas como se fossem dos autores em questão, entre outras artimanhas de uma crítica injusta. Qualquer leitura minimamente atenta desse artigo [As Contradições do Desenvolvimento Dependente e Associado] poderia notar a superficialidade das críticas nele tecidas. No entanto, e apesar de tudo, foi precisamente neste artigo onde se estabeleceram as noções mais recorrentes relacionadas àqueles autores criticados”. Em suas memórias, Marini recorda a reação de Cardoso ao ensaio em que apresenta o esboço (primeira versão, intitulada *Dialética da Dependência: a economia exportadora*) de sua *Dialética da Dependência*: “Lançado à circulação, meu ensaio provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia (onde eu recém apresentava o meu texto completo), que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na *Revista Latino-americana de Ciencias Sociales*. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso [refere-se ao artigo *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência* (1972)] inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade”. (MARINI, 2007, p. 91-2).

concentrada da propriedade agrária, bem como a industrialização intensiva em capital poupadora de mão de obra e a baixa taxa de acumulação em função da poupança interna reduzida, por vezes atribuída ao comportamento consumista da burguesia, contribuiriam para tornar inviável a expansão do capitalismo na periferia. Assim, Cardoso parece tratar indistintamente as teses da CEPAL e aquelas propugnadas pela TMD, inferindo destas uma justificativa ideológica.

Como en toda justificación ideológica, también en este caso hay elementos de verdade en los motivos invocados por la visión narodniki contemporánea. De hecho, la forma que adopta el capitalismo periférico expresa la existência de contradicciones sociales importantes que se agudizan con el desarrollo capitalista. Pero de allí a elevar a la categoría de ley inevitable, el que sólo puede haber desarrollo cuando hay armonía y solución de conflictos, hay una distancia no legítima que lleva al pensamiento científico atropetar y caer en la ideología. (CARDOSO & MAGNANI, 1974, p. 06)

Portanto, Cardoso vê os autores a quem direciona sua crítica como ideólogos do próprio sistema a que se propõem superar ou reformar, pois não conseguiriam enxergar as contradições em meio ao processo de desenvolvimento capitalista. E segue:

(...) Ya los clásicos que analizaron el capitalismo, y los comentaristas de inicios del siglo que se opusieron a las interpretaciones narodnik, mostraron que la existência de contradicciones no indica um obstáculo para el capitalismo, sino una condición de sudesarrollo. (...) no solamente el capitalismo, aun periférico, crece de manera contadictoria, creando problemas sociales, políticos y económicos nuevos (...), sino que las bases sobre las cuales asienta este de tipo de vision catastrófica no pueden ser generalizadas para todos los países, ni para todas las etapas de los ciclos de expansión capitalista. (CARDOSO & MAGNANI, 1974, p.06)

Cardoso enxerga a economia dependente como um “fato accidental” no desenvolvimento do capitalismo mundial. Essa visão divisa o processo simultâneo de desenvolvimento e dependência como uma etapa contemporânea da economia periférica baseada também na mais-valia relativa e no aumento da produtividade, atribuindo pequena importância teórica às formas de produção baseadas na mais-valia absoluta. A penetração do capital industrial-financeiro, pelo menos em alguns países periféricos, tenderia a acelerar a produção de mais-valia relativa, intensificando o grau de desenvolvimento das forças produtivas. O desemprego gerado nas fases de contração do ciclo econômico seria revertido nos ciclos expansivos, como ocorre nos países avançados. A superação da dependência, para Cardoso, e nisso consiste o cerne de suas proposições, é um ato de vontade política capaz de superar “as políticas cartoriais de proteção às frações velhas e retrógradas das burguesias latino-americanas”, sustentadas por Estados nacionais autocráticos. (PAIVA, 2008). Portanto, esta superação deve ser realizada

(...) no interior de uma democracia formal, única forma jurídico-institucional capaz de garantir a efetiva imposição daquelas regras competitivas que (pretensamente) fazem do progresso técnico e da acumulação compulsiva a condição necessária, suficiente e rigorosamente exclusiva da apropriação do excedente. (PAIVA, 2008, p. 174).

Cardoso caminha, nesse sentido, para uma teoria da interdependência, que viria a substituir a velha oposição entre o desenvolvimento capitalista e a dependência, uma vez que a economia periférica tenha alcançado certo patamar de acumulação interna de capital através da formação de uma economia com uma base industrial mais ou menos diversificada.

Sin embargo, dado el carácter progresivo y cumulativo del sistema capitalista – pagando sé el precio del sometimiento de generaciones y de segmentos importantes de las clases explotadas –, lo que es propio de este sistema es su capacidade de crecer em espiral, revolucionando las relaciones sociales de producción como consecuencia del aumento del aumento de la tasa de acumulación y del desarrollo de las fuerzas productivas. Este processo no ocurre de manera homogénea em toda la periferia. Comienza a realizarse (de forma incompleta, como más adelante mostraré) em los países donde la internalización del mercado interno há avanzado más. (CARDOSO & MAGNANI, 1974, p. 07)

O otimismo de Cardoso quanto à superação da condição de dependência o faz rechaçar outro tema caro aos teóricos marxistas da dependência: a noção central da superexploração do trabalho como fundamento do capitalismo periférico. Em sua opinião, nessa proposição estariam indevidamente articuladas etapas distintas e processos sociais por uma relação de necessidade que não guardam mais entre si ligação

alguma. A superexploração do trabalho em Marini seria um resquício da “doutrina” do “acúmulo de atraso” de Andre G. Frank, ou melhor, nas palavras de Cardoso, nesse autor ela encontraria sua versão mais elaborada, qual seja, a ideia de que o controle salarial e a distribuição regressiva da renda são condições essenciais para a acumulação capitalista nesse tipo de desenvolvimento acumulador de pobreza e miséria crescentes.

(...) Quienes llevan esta tesis a sus extremos consideran que las consecuencias limitantes de este estilo de desarrollo residen en el hecho de ser restringido el consumo individual de los trabajadores, puesto que la contradicción esencial de la dependencia latino-americana es la acumulación basada en la superexplotación del trabajador. De este modo, la circulación del capital y la realización de la plusvalía serían frenadas por la forma que adopta la superexplotación. (CARDOSO & MAGNANI, 1974, p. 07)

Portanto, tais teses, falsas e indeterminadas em sua formulação, complementaríamos aquelas anteriormente destacadas no sentido da tendência ao estancamento por falta de mercado consumidor, cuja saída capitalista seria a expansão das exportações e o subimperialismo. Marx havia demonstrado na sua crítica a Ricardo que o essencial para a ampliação da escala de acumulação capitalista é a introdução crescente de tecnologias que tendem a aumentar a parte constante do capital em proporção à parte variável. É a competição entre os capitalistas, a introdução de novas tecnologias e a ampliação crescente da escala de acumulação que dinamizam o sistema, e não a concorrência entre os trabalhadores que leva a “un descenso relativo creciente del coste de la fuerza de trabajo”. (CARDOSO & MAGNANI, 1974).

Es cierto que em determinadas etapas (em los períodos de acumulação inicial), la extensión de la jornada de trabajo juega un papel importante em la acumulación. (...) Pero generalizar este razonamiento, para otras etapas, cuando la dinámica de la acumulación está basada ya en la explotación clara de la plusvalía relativa y en el incremento de la tasa de composición orgánica del capital, constituye un anacronismo. (CARDOSO & MAGNANI, 1974, p. 08)<sup>16</sup>

Dessa forma, segundo Cardoso, a pretensão dialética da dependência se transforma numa teoria das leis (necessidade) de sucessão de etapas ou ciclos de acumulação, na qual se deixa de captar a emergência de novos processos sociais. Destarte, a teoria marxista da dependência configuraria um método congelado em um arsenal de categorias que dificultam a correta caracterização da realidade e conseqüentemente a incapacidade de propor uma política adequada de transformação social.

Mas, Cardoso não enxerga que a TMD postula que a realização da mais-valia é função das decisões de gastos dos capitalistas entre a acumulação e o próprio consumo individual, não interferindo, para essa finalidade, os gastos dos trabalhadores. Então, a superexploração implica, paradoxalmente, a não desvalorização da força de trabalho, já que a tendência ao desenvolvimento limitado das forças produtivas naqueles ramos que reproduzem o valor da força de trabalho ocorre em consonância com um grau relativamente atrasado de produtividade do trabalho em comparação aos demais ramos (suntuários e bens de capital).

As *Desventuras da dialética da dependência* foi um artigo escrito a quatro mãos, por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, e publicado na *Revista Estudos* do CEBRAP, em 1978, e tinha como o objetivo de “fechar as falsas saídas” que supostamente a obra de Marini apresentava para forças políticas socialistas no Brasil e na América Latina. Os autores se referiam à opção política pela luta armada. Saltam aos olhos nesse texto a postura agressiva e deselegante dos autores, distorcendo argumentos de Marini e ao mesmo tempo incorrendo em erros teóricos do ponto de vista da análise marxista do

---

<sup>16</sup>Pois, segue o autor: “(...) Una vez establecido un sector capitalista avanzado, su dinámica (que pudo haberse beneficiado em la etapa inicial de las reservas de mano de obra y de los “bolsones” de pobreza) ya no depende del desarrollo del subdesarrollo, sino, al contrario, de la creación real de un mercado de consumo de corte capitalista”. (CARDOSO & MAGNANI, 1974, p.08).

capitalismo. A “crítica” de Cardoso e Serra, no entanto, exerceu enorme influência nos meios intelectuais e seus ecos parecem perdurar até os dias atuais. (PRADO, 2010; WAGNER, 2005).

A resposta de Marini aos seus “desventurados críticos”, intitulada *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)*, não fora sequer publicada na mesma revista, o que só veio a ser realizado, naquele mesmo ano, numa edição extraordinária da *Revista Mexicana de Sociologia*, contendo os dois artigos. Esse fato colaborou para o que chamamos de uma duradoura “conspiração de silêncio” em torno de sua obra no país, além da grave incompreensão da produção intelectual desse importante cientista social brasileiro do século XX, cuja obra permanece relativamente pouco difundida. Não se pretende aqui esgotar esse debate, haja vista as múltiplas dimensões e variáveis nele envolvidas. Porém, entende-se sua enorme relevância, pois ali se revelam traços distintivos de princípios metodológicos e de análise da realidade brasileira e latino-americana entre os referidos autores, que muito podem nos ajudar a compreender os caminhos e as opções teóricas e políticas divergentes assumidas por estes no curso da nossa história recente. Ele não somente é revelador de um momento histórico particular, como pode lançar valiosas pistas para refletir o presente e o futuro do capitalismo no continente e em particular no Brasil.

Cardoso e Serra (1978, p. 35), na sua crítica teórico-metodológica e política à vertente marxista da teoria da dependência, tratam a obra de Marini como um subproduto de menor expressão do dogmatismo de certa esquerda marxista. Assim afirmam:

(...) interessam-nos criticar as explicações econômicas propostas porque elas, fundamentadas pobremente na teoria marxista, sugerem práticas políticas equivocadas. (...) parece que a rigidez mental de alguns intelectuais leva-os a continuar ostentando, como os mandarins, os lauréis acadêmicos obtidos com um saber que já está morto (...).

Rejeitando as possibilidades de uma “teoria geral do sistema capitalista periférico” com base no conceito de superexploração do trabalho e preocupados em estabelecer bases mais sólidas para os caminhos do socialismo, algo que soaria até mesmo irônico para as posturas atuais dos dois autores, Cardoso e Serra (1978, p. 37) encaminham sua proposta de crítica aos supostos da produção teórica de Marini.

Sem negar no plano valorativo a validade da alternativa socialista, vejamos em que se fundamenta a opção de Marini no plano analítico. Ou seja, examinemos a força teórica da dialética da dependência como método explicativo para discernir ‘as leis de movimento’ que relacionam e explicam os processos e fenômenos acima mencionados. Esclareça-se, desde logo, que a destruição eventual de alguns ou mesmo de todos os principais supostos das teorias de Marini não implica na inviabilidade do socialismo. Por sorte para este (e para as classes dominadas da América Latina) existem outros, e mais sólidos, argumentos para sustentar, por caminhos diferentes, o mesmo resultado.

Essas e outras teses são compartilhadas por outros tantos críticos, como Mantega (1984 e 1997)<sup>17</sup>, que, se auto incluindo em um grupo que denomina de nova esquerda, manifesta suas profundas divergências com os “neomarxistas”, leia-se Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank. A alegada “rigidez mental” do pensamento de Marini e dos marxistas dependentistas o teriam conduzido por

<sup>17</sup>O reducionismo com que o atual Ministro da Fazenda trata o pensamento de Marini salta aos olhos na seguinte afirmação, em que identifica a TMD como uma “corrente marxista dogmática ou neomarxista (...) que negava a possibilidade de uma real industrialização ou de qualquer tipo de desenvolvimento capitalista num país retardatário como o Brasil, submetido à ‘exploração imperialista’, e pregava a sua transformação pela revolução socialista como única saída (...)”. (MANTEGA, 1997, p.11) Nessa caracterização veem-se claramente os traços da crítica de Serra e Cardoso à referida teoria. Não obstante sua grande contribuição à compreensão e visão de conjunto da chamada Economia Política Brasileira, Mantega (1984) incorre no erro de classificar a TMD no que ele chama de Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista, tributário das teses subconsumistas e estagnacionistas da CEPAL. Ao contrário, como bem reconhecem Valencia e Martins (1998, p. 429): “autores dependentistas como Marini, Theotônio e Frank, cada um com sua especificidade, postula o caráter capitalista desse desenvolvimento, mas ressaltam uma marcada insuficiência de suas forças produtivas o que conduz ao ‘subdesenvolvimento’ devido à dependência estrutural manifesta, por exemplo, em matéria de tecnologia da produção de capital constante ou de produção de ciência e conhecimento”.



interpretações tortuosas da realidade sócio-político-econômica da América Latina e do Brasil que culminariam na visão catastrofista do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Marcada pelo excessivo reducionismo econômico, a leitura que esses autores fazem das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na região é identificada com as teses estagnacionistas e subconsumistas, notadamente defendidas pelo estruturalismo cepalino.

Marini (2000) responde a Cardoso e Serra (1978) demonstrando que a contradição entre produção e consumo individual “surge da própria natureza do capitalismo” (2000, p.234), e que seu impulso à acumulação ilimitada se choca frequentemente com a desproporcionalidade entre os ramos da produção e com as condições antagônicas da distribuição. Essas condições determinam os estreitos limites em que o consumo das massas pode variar. O que Marini procura demonstrar é como a lei geral da acumulação, que provoca a polarização entre riqueza e miséria na sociedade capitalista, só se efetiva de modo radical nas condições estruturais das economias periféricas.

É assim que se apresenta o problema da contradição entre a produção e o consumo individual, na teoria marxista do capitalismo, que se presta a tudo menos à apologia do sistema. Minha análise da economia latino-americana e brasileira só faz aplicar essa teoria a uma realidade concreta, que se caracteriza pelo fato de que, na raiz das próprias condições de sua formação e desenvolvimento histórico, agrava até o limite as contradições inerentes à produção capitalista. É esta característica geral da economia dependente que a induz a extremar a desproporcionalidade entre os setores, tanto de produção de bens de capital em relação ao de bens de consumo, como de bens de consumo suntuário em relação ao de bens de consumo necessário, assim como a agudizar as condições antagônicas de distribuição, levando a que a contradição entre produção e consumo individual, própria da economia capitalista em geral, assumo o caráter de um divórcio progressivamente acentuado entre o aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas. (MARINI, 2000, p.236)

Não é apenas com a demanda interna que Marini está preocupado, mas com a demanda global que a produção capitalista dependente exige. (MARINI, 2000, p.191)

O que eu sustento é, simplesmente, que a superexploração, ao restringir o consumo popular, não o converte em fator dinâmico de realização e leva a que os ramos orientados para o consumo popular ‘tendam à estagnação e inclusive à regressão’ (DD, p.73) ou se expandam com base no mercado mundial: ‘A exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, se converte então, na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores disruptivos que a afligem’ (DD, p.75) (MARINI, 2000, p.192)

Como já destacado anteriormente, a introdução do progresso tecnológico se traduz em superexploração do trabalhador nas condições de reprodução do capital nas economias dependentes.<sup>18</sup> O progresso técnico, fundamentalmente aplicado aos ramos industriais orientados para o consumo da alta esfera, não se traduz em lucros maiores através da ampliação da taxa de mais-valia, mas, sobretudo, mediante o aumento da massa de valor, ou seja, da quantidade de produtos fabricados, o que leva a um grande problema de realização nas economias latino americanas.

O estímulo à demanda de consumo dos capitalistas e das camadas de renda média alta que vivem da mais valia encontra limites na compressão do nível de vida das massas, reproduzindo, assim, na economia industrial, o modo de circulação que corresponde à produção fundada na superexploração do trabalho, como já dito no divórcio do aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas. Ocorre, portanto, uma tendência à “reaproximação do modelo industrial dependente ao da economia exportadora” (MARINI, 2000, p.149).

A restrição do mercado interno se contrapõe com a necessidade de realizar massas crescentes de valor, contradição esta que não pode ser resolvida por meio da ampliação da esfera alta de consumo no interior de economia dependente. A superexploração do trabalho, possibilitada pelo imenso exército industrial de

---

<sup>18</sup>“(…) o que se pretende mostrar no meu ensaio é, primeiro, que a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações distintas, segundo o predomínio de uma forma determinada.” (MARINI, 2000, p.160)

reserva e ao representar uma compressão dos salários bloqueia a criação de demanda dos bens suntuários pelos trabalhadores, restringindo aos capitalistas e às camadas médias altas a realização dos bens de luxo e então a necessidade de expandir para o exterior o ciclo do capital, agora sobre uma base industrial. A realização de parte dessas mercadorias no mercado mundial por meio da exportação, tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, seria a saída para as dificuldades internas de realização da produção dependente com base na superexploração do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível tratar em tão breves páginas todos os aspectos da teoria marxista da dependência. Porém, neste artigo, procuramos expor seu núcleo essencial, utilizando a categoria da superexploração do trabalho como fio condutor. Observamos que muitas críticas formuladas contra a TMD e, em particular, aos trabalhos de Ruy Mauro Marini, partem de confusões teórico-metodológicas que levaram muitos de seus formuladores a inverter e distorcer seus argumentos. Como reconhece o próprio Marini, sua teoria dialética da dependência não procurava senão esboçar as linhas mestras de um modo de interpretação das leis específicas que regem o desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema. O conceito de superexploração atua, nessa construção teórico-interpretativa, como conceito-chave, ainda que não exclusivo, para compreender a dinâmica das formações sociais dependentes cujas tarefas de atualização e aprofundamento caberiam às gerações futuras de pesquisadores. Os teóricos dependentistas marxistas não postulavam a impossibilidade de desenvolvimento do capitalismo nos países do subcontinente. Nesse sentido, não é correta a proposição de Cardoso em sentido contrário, e uma análise mais cuidadosa não admite esse conclusão. A questão é que as contradições desse processo são ainda mais graves na periferia, o que é muito diferente de assegurar sua impossibilidade. Daí o tom metafórico da réplica de Marini, comparando Serra e Cardoso aos personagens de Miguel de Cervantes, que constroem seus moinhos de vento para, em seguida, derrubá-los. Na verdade e corretamente, os teóricos da TMD afirmavam a possibilidade de crescimento econômico e industrial em bases capitalistas na América Latina, projetando inclusive a internalização dos ciclos industriais nessas economias.

## REFERÊNCIAS

BRESSER, Luis Carlos. *As três interpretações da dependência*. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

CARDOSO, F. Henrique & SERRA, José. *As desventuras da dialética da dependência*. In: Estudos Cebrap 23. São Paulo: Cebrap, s/d, p. 33-80.

\_\_\_\_\_, F. Henrique & MAGNANI, José Guilherme C.. *Las Contradicciones del Desarrollo Asociado*. Desarrollo Económico Vol XIV N°53. Vol. 14, No. 53 (Apr. - Jun., 1974), pp. 3-32. <http://pt.scribd.com/doc/72305050/Cardoso-Las-Contradicciones-Del-Desarrollo-Asociado>. Acessado em 20/10/2011.

DIEESE. Nota Técnica nº 106, 2012.

DOS SANTOS, Theotonio. *Evolução histórica do Brasil. Da colônia à crise da 'nova república'*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_, Theotonio. *Os Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso*. 1994 <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/osfundamentosteoricosdogovfhc.pdf>. Acessado em 15/10/2011.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_, Guido. *Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico*. Relatório de Pesquisa. N° 27. São Paulo. FGV, 1997.

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. In: SADER, Emir (Org.). *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. *Processo e tendências da globalização capitalista*. In: SADER, Emir (Org.). *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. “*Plusvalia extraordinária y acumulación de capital*”, Cuadernos políticos, número 20, Ediciones Era, México, abril-junio de 1979b, pp. 18-39.

\_\_\_\_\_. *El ciclo del capital en la economía dependiente*. Mercado y dependencia, Ursula Oswald (Coord.), Nueva Imagen, México, 1979a, pp. 37-55. [http://www.marini-escritos.unam.mx/008\\_%20ciclo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm). Acessado em 25/07/2011.

\_\_\_\_\_. *La acumulación capitalista mundial e el subimperialismo*. Cuadernos Políticos n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977. [http://www.marini-escritos.unam.mx/006\\_acumulacion\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm). Acessado em 25/07/2011.

\_\_\_\_\_. *As razões do neo-desenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)*. In: *Dialética da Dependência*. Rio de Janeiro: Vozes/Clacso/LPP, 2000, p.167-243.

\_\_\_\_\_. *Memória*. In: TRANSPADINI, R. & STEDILE, J. P.(orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo. *A teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro – crítica a Bresser e Mantega*. III Congresso. SEP, 1998.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Ruy Mauro Marini: marco del pensamiento contemporáneo*. In: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital - v. 1, t.2*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Col. Os Economistas)

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital -v. 1, t.2*. O São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas)

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista - v. 3, t. 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1984. (Col. Os Economistas)

MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la Economía Vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

OSÓRIO, Jaime. *Dependência e superexploração*. In: SADER, Emir e DOS SANTOS, Theotonio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os Desafios da Globalização. Ensaio Dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

PAIVA, Carlos Águedo. *Fernando Henrique Cardoso: o antidependentista*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 157-178, jun. 2008.

PRADO, Fernando Correa. *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. XVI Encontro Nacional de Economia Política, 2010.

ROSDOLSKY, Roman. *Estrutura e Gênese de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SADER, Emir e DOS SANTOS, Theotonio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os Desafios da Globalização. Ensaio Dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER Emir (org.) *Dialetica da dependência*. Vozes/ CLACSO, 2000.

TRANSPADINI, R. & STEDILE, J. P.(orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WAGNER, Adolfo, *Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRJ, 2005.